



=1=
ORIGINAL

MUNICÍPIO DE VILA DE REI

----- CONTRATO -----

----- N.º 14/2015 – CONTRATO ESCRITO PARA “FORNECIMENTO DE
HARDWARE E SOFTWARE NO ÂMBITO DO PROJETO MÉDIO TEJO ONLINE,
BEM COMO OS RESPECTIVOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E
CONFIGURAÇÃO” - (AJUSTE DIRECTO) -----

----- Aos 31 dias do mês de Julho do ano dois mil e quinze, nesta Vila de Rei, Edifício dos
Paços do Concelho, perante mim, João Paulo Vicente Alves, Técnico Superior da Câmara
Municipal de Vila de Rei, na qualidade de seu oficial público, nos termos do n.º 4 do artigo
137.º do Código Administrativo e despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de
18.10.2013, a fim de reduzir o presente contrato a escrito, os seguintes outorgantes: -----

-----**PRIMEIRO: RICARDO JORGE MARTINS AIRES**, casado, natural de Coimbra
e residente em Urbanização Vale Galego freguesia e concelho de Vila de Rei, na qualidade de
Presidente da Câmara, em representação do Município de Vila de Rei, pessoa coletiva número
506932273 e em nome da mesmo outorgando com poderes para o ato, nos termos da alínea f)
do número 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro que revogou a Lei n.º
169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, pela
Lei nº 67/2007, de 31 de Dezembro e pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de Novembro. -----

----- **SEGUNDO: TIAGO ANDRÉ PIRES ANTUNES**, residente na Rua Antero de
Quental, 48 – 7º C, 2675-690 Odivelas, titular do Cartão de Cidadão, com o número de ID
CIVIL 12322013 0ZZ3 e contribuinte fiscal n.º207479658, válido até 01/04/2018, na
qualidade de representante legal e em nome de sua representada, a sociedade limitada
SYSCLEVER – UNIPessoal, LDA, com sede na Rua António Quadros nº 9 G –
Escritório 4, 1600 875 Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial R.N.P.C.,
sob o número 513 090 355, com o capital social de 5.000,00 Euros, conforme certidão

permanente subscrita em 22/07/2015 e válida até 22/10/2015, da qual se arquiva cópia, em anexo ao presente contrato.-----

----- E pelo Primeiro Outorgante, na qualidade de representante e em nome do Município de Vila de Rei, foi dito: -----

----- a) Que a Câmara Municipal de Vila de Rei, sua representada, pelo seu despacho de 13/07/2015, aposto no Relatório Final 13/07/2015, decidiu adjudicar à representada do Segundo Outorgante, a firma **SYSCLEVER – UNIPessoal, LDA**, o **“Fornecimento de Hardware e Software no Âmbito do Projeto Médio Tejo Online, bem como os respetivos Serviços de Instalação e Configuração”**; -----

----- b) A aprovação da minuta do contrato ocorreu na mesma data do despacho referido na alínea anterior; -----

----- c) O encargo resultante do presente contrato tem cabimento no orçamento em vigor e encontra-se previsto para o ano de dois mil e quinze, pela dotação orçamental com a classificação económica 0103- Câmara Municipal; 07 – Aquisição de Bens de Capital; 01 – Investimentos; 07 - Hardware; /08 – Software Informático; -----

----- **Cláusula Primeira – Objeto** – O presente contrato tem por objeto, pela representada do Segundo Outorgante o **“Fornecimento de Hardware e Software no Âmbito do Projeto Médio Tejo Online, bem como os respetivos Serviços de Instalação e Configuração”**; ----- **Cláusula Segunda – Preço contratual** – 1- Pelo fornecimento objeto do presente contrato, a representada do Primeiro Outorgante obriga-se a pagar à representada do Segundo Outorgante o montante de **€ 51.499,68 (cinquenta e um mil quatrocentos noventa e nove euros sessenta e oito cêntimos)**, ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor; -----

----- 2- O pagamento do encargo previsto no número anterior será efetuado nos termos da Cláusula 9.ª do Caderno de Encargos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

----- **Cláusula Terceira – Prazo de execução** – A representada do Segundo Outorgante





=2=
ORIGINAL

MUNICÍPIO DE VILA DE REI

obriga-se a entregar os bens e prestar os serviços objeto do presente contrato no prazo de 30 (tinta) dias, em conformidade com o disposto na cláusula 6ª do Caderno de Encargos; -----

----- **Cláusula Quarta – Penalidades** – No caso de incumprimento dos prazos fixados no presente contrato e por causa imputável ao Segundo Outorgante, poderá ser aplicada uma penalidade, de acordo com o estabelecido na cláusula 11ª do Caderno de Encargos; -----

----- **Cláusula Quinta – Resolução de litígios – foro competente** – Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Castelo Branco, com expressa renúncia a qualquer outro; -----

----- **Cláusula Sexta – Comunicações e Notificações - 1-** Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para a sede contratual de cada uma das representadas pelos outorgantes; -----

----- **2-** Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte; -----

----- **Cláusula Sétima – Contagem dos prazos** – Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados. -----

----- **Cláusula Oitava** – As cláusulas mencionadas na proposta pelo concorrente também são contempladas no presente contrato. -----

----- Fazem parte integrante do presente contrato todos os documentos previstos no nº 2 do artigo 96º do CCP. -----

----- Nos casos omissos no presente contrato ou nos documentos a ele anexos, observar-se-ão os diplomas legais em vigor, designadamente o Código dos Contratos Públicos. -----

----- O presente contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada uma das representadas pelos Outorgantes, o mesmo foi lido, em voz alta e na presença simultânea de ambos, tendo os mesmos ficado cientes do seu conteúdo. -----

----- Pelo Segundo Outorgante foi dito: -----

----- Que aceita e se obriga a cumprir este contrato com todas as cláusulas e obrigações. --

----- Após o adjudicatário ter feito prova através de certidões de que tem a sua situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português e por contribuições perante a Segurança Social, o contrato foi assinado pelos representantes de ambas as partes. ---

O Primeiro Outorgante

Richard A. rel

O Segundo Outorgante

Frederico P. A. A. A.